



Levantamento do GLOBO revela as tendências dos futuros deputados e senadores

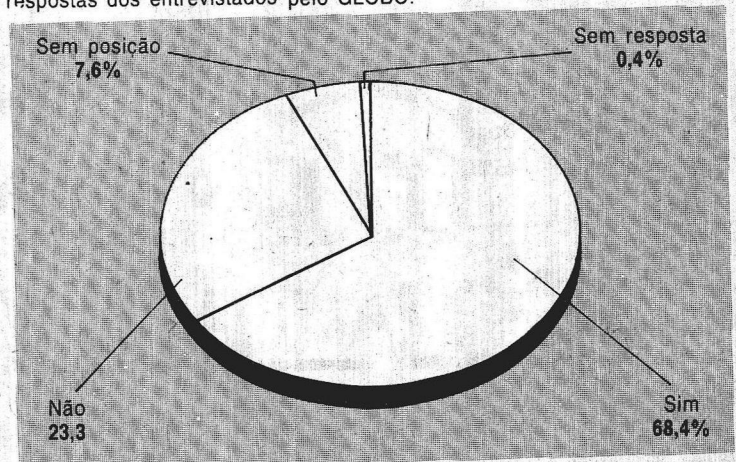
Congresso terá 68% de parlamentaristas

BRASÍLIA — O novo Congresso deverá lutar para implantar no País o sistema parlamentarista de governo, preferencialmente antes de 1993, de acordo com os resultados de levantamento realizado pelo GLOBO com deputados e senadores eleitos para a legislatura que se inicia a 15 de fevereiro. A aprovação ao parlamentarismo foi o item de maior apoio entre os parlamentares entrevistados: 68 por cento (246 deputados e 30 senadores) declararam-se parlamentaristas, enquanto apenas 23 por cento (84 deputados e dez senadores) mostraram-se contrários a esse sistema de governo.

Os parlamentaristas são maioria nos principais partidos, como o PSDB — neste partido, que tem o parlamentarismo como bandeira, apenas um dos entrevistados, o Deputado paulista Oswaldo Stecca declarou-se presidencialista —, o PMDB, o PFL, o PRN e até mesmo o PT e o PDT, que durante a Constituinte tiveram forte tendência presidencialista. Dos 30 deputados da bancada pedetista, por exemplo, 16 são a favor do parlamentarismo, enquanto dez são contrários e quatro optaram

Parlamentaristas dominarão plenário

Na próxima legislatura, o plenário do Congresso Nacional terá uma grande maioria de parlamentares adeptos do regime parlamentarista, a julgar pelas respostas dos entrevistados pelo GLOBO.

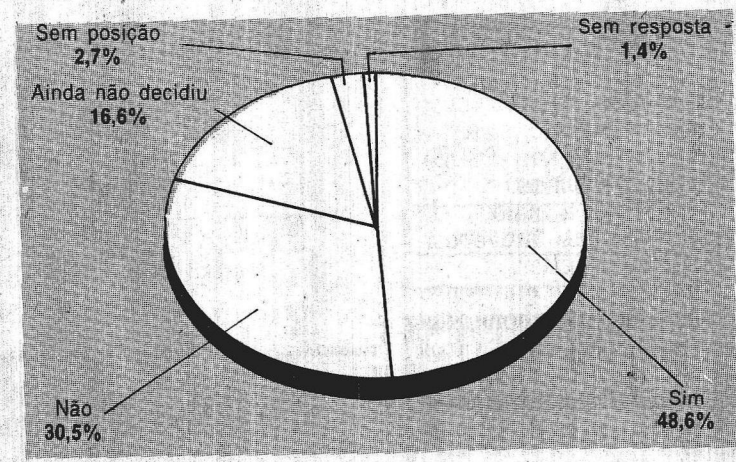


por não responder à pergunta. É bastante provável também que, acompanhando o parlamentarismo, o novo Congresso venha a aprovar a instituição do voto distrital, também maciçamente apoiado pela maioria dos deputa-

dos e senadores (67 por cento). Desses, a grande maioria (56 por cento) prefere o voto distrital misto, que divide o número de cadeiras entre os eleitos por distrito e o sistema atual, e rejeita o sistema distrital puro.

Antecipação da mudança de regime

Cerca de metade dos congressistas entrevistados manifestou-se favorável à antecipação do plebiscito sobre a mudança de sistema de governo, que, de acordo com a Constituição, seria realizado somente em 1993.



Um expressivo número de parlamentares é favorável à antecipação do plebiscito sobre regime de governo (48 por cento), contra 30 por cento que desejam manter a realização do plebiscito na data marcada, em setembro de 1993. O

plebiscito deve preceder a revisão constitucional, marcada para outubro de 1993.

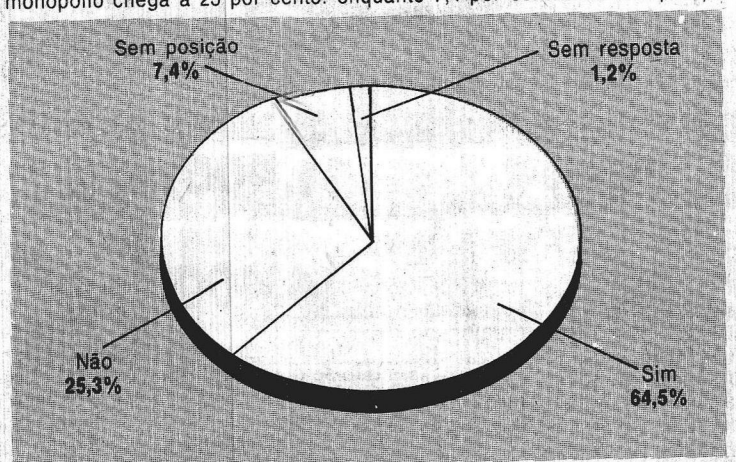
A opção parlamentarista influenciou as respostas de diversos parlamentares sobre outras questões. Conhecido parlamentarista,

o atual Presidente do Senado, Nelson Carneiro, escreveu em seu questionário que apoiaria uma proposta de emenda constitucional permitindo a reeleição do Presidente da República — mas apenas no caso de o parlamentarismo ser implantado.

A questão da reeleição foi formulada em tese, sem qualquer referência específica ao Presidente Collor ou à emenda do Senador Ney Maranhão neste sentido, mas a atual conjuntura parece ter influenciado alguns parlamentares. Apesar de a maioria ser contrária à reeleição genericamente (56 por cento contra), posição expressa tanto na bancada do PMDB quanto na do PFL. No PRN do Presidente Collor, apenas sete manifestaram-se contrários e 22 favoráveis. O Líder do PFL no Senado e provável futuro Líder do Governo, Senador Marco Maciel, foi um dos que preferiram não responder a essa indagação. Já o pedetista César Maia manifestou-se favorável à reeleição, incluindo-se nos 33 por cento dos parlamentares consultados que apóiam esta mudança na Constituição.

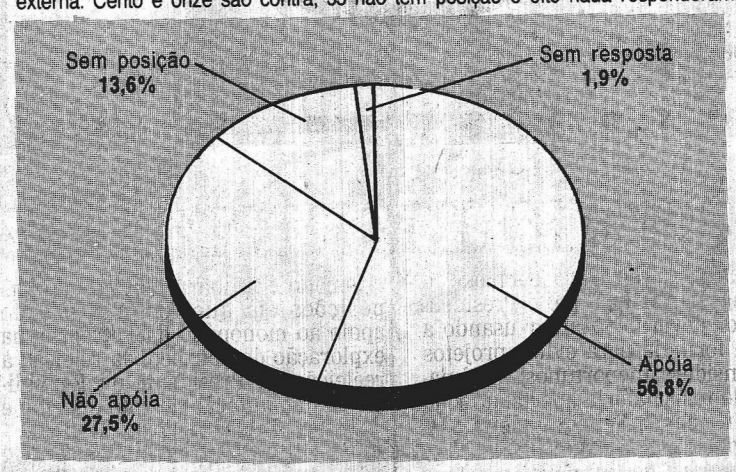
Em defesa da Petrobrás

A maioria dos novos congressistas entrevistados defende a manutenção do monopólio do petróleo pela Petrobrás. O bloco dos que são contrários ao monopólio chega a 25 por cento, enquanto 7,4 por cento não têm posição



Renegociação da dívida é aprovada

Duzentos e vinte e nove integrantes do futuro Congresso apóiam a forma como a equipe econômica do Governo Collor vem renegociando a dívida externa. Cento e onze são contra, 55 não têm posição e oito nada responderam



Pela liberação das importações

A liberação das importações pelo Governo federal é aprovada por 265 congressistas, enquanto apenas 94 são contra. Seis dos entrevistados são indiferentes à questão, 22 não têm posição e 16 nada responderam

